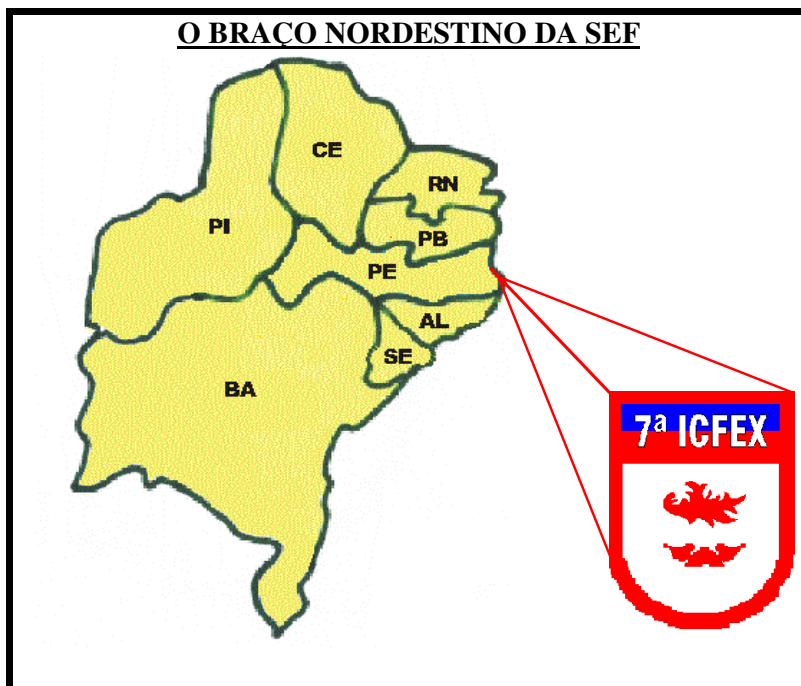




**MINISTÉRIO DA DEFESA  
EXÉRCITO BRASILEIRO  
SECRETARIA DE ECONOMIA E FINANÇAS  
7ª INSPETORIA DE CONTABILIDADE E FINANÇAS DO EXÉRCITO  
(Sv Fundos Reg 7ª RM/1934)**



**BOLETIM INFORMATIVO Nº 05**  
**(29 DE MAIO DE 2009)**

**FALE COM A 7ª ICFeX**

**Correio Eletrônico:** [7icfex@eb.mil.br](mailto:7icfex@eb.mil.br)  
[7icfex-chsecaptec@eb.mil.br](mailto:7icfex-chsecaptec@eb.mil.br)  
**Página Internet:** <http://www.7icfex.eb.mil.br>  
**Telefones:** Fixo – (0 XX 81) 3423-7500  
RITEX – 870-7180



## Í N D I C E

ASSUNTO	PÁGINA
<b>1ª PARTE – CONFORMIDADE CONTÁBIL</b>	
<b>REGISTRO DA CONFORMIDADE CONTÁBIL MENSAL – “ABRIL/2009”</b>	2
<b>2ª PARTE – INFORMAÇÕES SOBRE APROVAÇÃO DE TOMADA DE CONTAS ANUAIS</b>	
<b>1. TOMADAS DE CONTAS ANUAL</b>	2
a. <u>Regulares</u>	2
- Arquivamento e Destruição de Documentos Contábeis e Financeiros – Orientação.	2
b. <u>Irregulares</u>	2
<b>2. TOMADAS DE CONTAS ESPECIAL</b>	2
<b>3ª Parte – ORIENTAÇÕES TÉCNICAS</b>	
<b>1. MODIFICAÇÃO DE ROTINAS DE TRABALHO</b>	3
a. <u>Execução Orçamentária</u>	3
1) Finalidade de crédito recebido MSG SIAFI 2009/0305957, de 16 Mar 09, da DGO.	3
2) Recurso da Ação 2000 – Bens ou Serviços de Informática – Autorização de Aquisição.	3
3) Nota Fiscal Eletrônica (NE-E), MSG SIAFI 2009/ 0428703, de 16 Mar 09, da SEF.	4
b. <u>Execução Financeira</u>	5
1) Celeridade na Licitação de Despesas MSG SIAFI 2009/ 0346212, de 25 Mar 09, da SEF.	5
2) Pagamento de restos a pagar processados – Informação da DGO.	5
c. <u>Execução Contábil</u>	6
1) Contas Contábeis	6
- Sistema Gerencial de Custos SISCUSTOS – MSG SIAFI 2009/ 0265118, de 05 Mar 09, da D Cont.	6
- Gestor (Gerente) de Custos – MSG SIAFI 2009/ 0318269, de 18 Mar 09, da D Cont.	6
- Conta Contábil – MSG SIAFI 2009/ 0296005, de 12 Mar 09, da D Cont.	7
- Utilização correta do Evento 54.0.404 – MSG SIAFI 2009/ 0261089, de 04 Mar 09, da C Cont/STN.	7
- Evento 800500 – Receitas a Classificar (418000000) – MSG 2009/0195067, da C Cont/STN.	8
2) Patrimônio	8
3) Custos	8
d. <u>Execução de Licitações e Contratos</u>	8
1) Licitações e Contratos – Orientações Normativas da AGU.	8
2) Inidoneidade de Empresas – MSG SIAFI 2009/0584025, de 25 de maio de 2009, da SEF.	9
3) Contagem de prazos – TCU – Deliberação.	10
e. <u>Pessoal</u>	10
f. <u>Controle Interno</u>	10
- ROL dos Responsáveis – MSG SIAFI 2009/0341423, de 24 Mar 09, da GSCON.	10
g. <u>Visita de Auditoria</u>	11
h. <u>Convênios</u>	11
<b>2. RECOMENDAÇÕES SOBRE PRAZOS</b>	11
<b>3. SOLUÇÕES DE CONSULTAS</b>	11
<b>4. Atualização da Legislação, das Normas, dos Sistemas Corporativos e das Orientações para as UG</b>	12
a. <u>Legislação e Atos Normativos</u>	12
b. <u>Orientações aos Agentes da Administração</u>	12
1) Apuração de Irregularidades Administrativas	12
2) Atualização de CNPJ nos contratos de concessionárias	12
3) Padronização das Mensagens SIAFI encaminhadas ao CPEx	13
c. <u>Mensagens Comunica SIAFI/SIASG</u>	13
<b>4ª Parte – ASSUNTOS GERAIS</b>	
1. Aniversário de Organizações Militares (OM)	14
2. Informações do tipo “Você Sabia ...?”	14
- ANEXO “A” – Licitações e Contratos – Orientações Normativas da AGU	20
- ANEXO “B” – Orientações/Determinações do TCU sobre o uso da Modalidade de Pregão	25



MINISTÉRIO DA DEFESA  
EXÉRCITO BRASILEIRO  
SECRETARIA DE ECONOMIA E FINANÇAS  
7ª INSPETORIA DE CONTABILIDADE E FINANÇAS DO EXÉRCITO  
(Sv Fundos Reg 7ª RM/1934)

## 1ª Parte – CONFORMIDADE CONTÁBIL

### Registro da Conformidade Contábil Mensal – “ABRIL/2009”

Em cumprimento às disposições da Coordenação-Geral de Contabilidade da Secretaria do Tesouro Nacional (CCONT/STN), que regulam os prazos, os procedimentos, as atribuições e as responsabilidades para a realização da conformidade contábil das Unidades Gestoras (UG) vinculadas, esta Inspeção registrou no SIAFI, a conformidade contábil para certificar os registros contábeis efetuados em função da entrada de dados no Sistema, no mês de **ABRIL/2009**, de todas as Unidades Gestoras (UG), **SEM ALTERAÇÃO**.

## 2ª Parte – INFORMAÇÕES SOBRE APROVAÇÃO DE TOMADA DE CONTAS

### 1. Tomadas de Contas Anual

#### a. Regulares

##### **Arquivamento e Destruição de Documentos Contábeis e Financeiros - Orientação**

- Esta Inspeção lembra que o dia em que foi realizada a Sessão do TCU corresponde à data de início da contagem do prazo de **05(cinco)** anos para arquivamento da documentação contábil e financeira relativa àquele exercício, conforme prevê o art. 2º das Normas para Arquivamento e Destruição de Documentos Contábeis e Financeiros – **Portaria no 011/SEF, de 17 Out 95**. Esta Portaria prevê, ainda, que *a documentação correspondente aos comprovantes de recolhimento de encargos sociais (INSS, FGTS etc) não poderá ser destruída, devendo ser arquivada em pastas próprias, com vistas a garantir a necessária comprovação futura dos recolhimentos efetuados e a resguardar os interesses dos respectivos contribuintes e do Comando do Exército.*

#### b. Irregulares

- Nada a considerar

### 2. Tomadas de Contas Especial

- Nada a considerar

### 3ª Parte – ORIENTAÇÕES TÉCNICAS

#### 1. Modificação de Rotina de Trabalho

##### a. Execução Orçamentária

##### 1) Finalidade do crédito recebido - SGS/DGO

**MSG SIAFI nº 2009/0305957, de 16 Mar 09, da DGO**

1. A finalidade do crédito recebido pelas UG é definida em um planejamento estratégico (Lei do Plano Plurianual – PPA), em diretrizes orçamentárias (Lei de Diretrizes Orçamentárias) e na execução dos programas de trabalho discriminados na Lei orçamentária anual.

2. No que diz respeito à Ação 2000 do PAA, esta Diretoria utiliza, ainda, como instrumentos de especificação do orçamento, o plano interno e o campo observação da Nota de movimentação de Crédito (NC), além das orientações aos agentes da Administração.

3. Sobre o assunto acima exposto, esta Diretoria determina aos Srs ordenadores de despesas, o fiel cumprimento das finalidades dos créditos recebidos e que, em caso de dúvidas, recorram as suas ICFEx de vinculação ou a esta Diretoria, com o objetivo de que não sejam realizadas despesas passíveis de anulação, impugnação e/ou ressarcimento.

4. Lembro, ainda, aos Srs ordenadores de despesas, ao realizarem despesas, deverão ser observados os princípios da legalidade, utilidade, legitimidade, economicidade e oportunidade.

Brasília, DF, 16 de março 2009

Gen Bda CARLOS HENRIQUE CARVALHO PRIMO  
Diretor de Gestão Orçamentária

Em consequência, oriento aos senhores Ordenadores de Despesas e aos Agentes da Administração das UG vinculadas, que tomem conhecimento e providências decorrentes.

##### 2) Recursos da Ação 2000 – Bens ou Serviços de Informática – Autorização de Aquisição

A Diretoria de Gestão Orçamentária (**DGO**) por meio da **MSG SIAFI nº 2009/0449963, de 22 abr 09**, informou sobre nova orientação exarada pela Secretaria de Orçamento Federal (SOF) com relação aos gastos com Tecnologia da Informação (**TI**) com créditos de qualquer ação finalística da programação orçamentária dos órgãos de direção setoriais, conforme vinha ocorrendo até 2008.

Está autorizada a utilização do PI I3DAFUNADOM da Ação 2000 do PAA (utilizando o subelemento de despesa detalhado de acordo com a Portaria STN nº 448/2002) para a aquisição de material de consumo destinado à informática. As UG que receberam, ou ainda venham a receber créditos na Ação 2003 – Ações de Informática, deverão realizar, prioritariamente, nessa ação, as despesas com TI, até que esses créditos sejam esgotados.

Em consequência, os OD das UG vinculadas deverão orientar seus Agt Adm para que procedam de acordo com as orientações contidas na Mensagem em questão em relação à aquisição de material de consumo destinado à informática.

**3) Nota Fiscal Eletrônica (NF-E) - Transcrição**

**Mensagem: 2009/0428703, de 15/04/09, da SEF.**

**Assunto:** Nota Fiscal Eletrônica (NF-E) - Dicas - A/2 – SEF

**Do:** Subsecretário de Economia e Finanças

**Aos:** Senhores Ordenadores de Despesas

1. Objetivando orientar os Ordenadores de Despesas (OD) sobre a Nota Fiscal Eletrônica (NF-E), esta Secretaria informa, basicamente, o seguinte:

a. consiste em documento existente apenas digitalmente, emitido e armazenado eletronicamente, e foi instituído nacionalmente com a aprovação do ajuste SINIEF (Sistema Nacional de Informações Econômicas e Fiscais) nº 07/05, de 05 de outubro de 2005;

b. tem validade em todos os Estados e DF;

c. é garantida por assinatura digital e baseada no Sistema Público de Escrituração Digital (SPED);

d. substitui apenas a Nota Fiscal - NF modelo 1/1A (não substitui nota fiscal a consumidor, cupom fiscal, etc). A NF modelo 1/1A documenta normalmente as transações comerciais entre pessoas jurídicas, inclusive nas vendas a órgãos públicos e empresas públicas, sendo emitida por contribuintes do IPI ou ICMS;

e. contempla a impressão, em papel, do Documento Auxiliar da Nota Fiscal Eletrônica (DANFE);

f. o DANFE acompanha o trânsito de mercadorias e facilita a consulta de respectiva NF-E na internet;

g. as UG do Exército podem ser destinatárias de NF-E, desde que a NF seja modelo 1/1A, devendo receber o DANFE juntamente com a mercadoria, e proceder à verificação da validade da assinatura digital do arquivo digital da NF-E, e da concessão da autorização de uso da NF-E;

h. para verificar a validade da assinatura e autenticidade do arquivo digital, a UG tem à disposição o aplicativo "visualizador", desenvolvido pela Receita Federal do Brasil, disponível na opção "download" do portal nacional da NF-E ([www.nfe.fazenda.gov.br](http://www.nfe.fazenda.gov.br));

i. o fato de uma empresa estar enquadrada no simples nacional não a exclui da obrigatoriedade de emitir a NF-E, se ela praticar uma das atividades que tornem compulsória a adoção deste tipo de documento fiscal. da mesma forma, as empresas enquadradas no simples nacional que não estiverem obrigadas poderão, voluntariamente, aderir à emissão de NF-E; e

j. atualmente, a regularidade fiscal exigida para o contribuinte tornar-se emissor da NF-E, diz respeito tão-somente a estar regularmente inscrito na Secretaria da Fazenda da sua unidade federada de origem, não havendo impedimentos decorrentes de outros débitos com o fisco para a empresa tornar-se emissora da NF-E.

2. Esta Secretaria informa, ainda, que outras orientações poderão ser obtidas no portal da nota fiscal eletrônica na internet ([www.nfe.fazenda.gov.br](http://www.nfe.fazenda.gov.br)).

Brasília - DF, 15 de abril de 2009

Gen Div MARCIO ROSENDO DE MELO  
Subsecretário de Economia e Finanças

Em consequência, oriento aos senhores Ordenadores de Despesas e aos Agentes da Administração das UG vinculadas, que tomem conhecimento e providências decorrentes.

**b. Execução Financeira****1) Celeridade na Liquidação de Despesas - Transcrição  
MSG SIAFI nº 2009/0346212, de 25 Mar 09, da SEF**

Do: Diretor de Contabilidade interino

Aos: Srs Ordenadores de Despesas

1. Trata a presente mensagem sobre celeridade na liquidação de despesas das UG do Comando do Exército.

2. A fim de evitar entesouramento na conta limite de saque, solicitamos que as UG envidem esforços e processem suas liquidações com tempestividade, cumprindo os estágios da despesa.

3. A demora das liquidações e do pagamento dificultam os repasses de recursos financeiros ao Comando do Exército, conforme prevê o cronograma de desembolso mensal do Ministério da Defesa.

Brasília, DF, 24 de março de 2009.

RICARDO MARQUES FIGUEIREDO - Cel Int  
Diretor de Contabilidade interino

Em consequência, oriento aos senhores Ordenadores de Despesas e aos Agentes da Administração das UG vinculadas, que tomem conhecimento e providências decorrentes.

**2) Pagamento de restos a pagar processados**

Do Subdiretor da DGO

Ao Sr OD e Ch ICFEx

Ref: Msg SIAFI nº 2009/0217744, de 15 Fev 07, do FEx

1. Incumbiu-me o Sr Diretor de Gestão Orçamentária de informar a esse OD/ Chefe que não é necessário enviar mensagem “comunica” a esta Diretoria solicitando numerário para o pagamento de restos a pagar processados na unidade orçamentária FEx (UG 167086), o numerário será subrepassado, automaticamente, por esta Diretoria, em até **08 (oito) dias úteis** após o **processamento da despesa**.

2. Informo-vos, ainda, que o numerário para o pagamento de despesas liquidadas nas fontes pares deverá ser solicitado por meio de inclusão de resgate no módulo de aplicações financeiras do SIGA, especificando no campo observação se o pagamento é referente à despesa inscritas em restos a pagar ou despesas do exercício. A solicitação de resgate por meio de Msg “comunica” somente deverá ser feita em caráter de excepcionalidade, plenamente justificado.

Brasília-DF, 06 de abril de 2009

LUIZ ARNALDO ARAÚJO – Cel Int  
Subdiretor de Gestão Orçamentária

Em consequência, oriento aos senhores Ordenadores de Despesas e aos Agentes da Administração das UG vinculadas, que tomem conhecimento e providências decorrentes.

c. Execução Contábil

**1) Contas Contábeis**

**- Sistema Gerencial de Custos – SISCUSTOS**

**Msg SIAFI nº 2009/0265118, de 05 Mar 09, da D Cont**

Do Diretor de Contabilidade

Ao Sr OD

1. Conforme Msg 2008/0638405-D Cont, de 06 Jun 2008, retransmitida pelas ICFEx às suas Unidades vinculadas, e ainda, de acordo com a Port 932-Cmt Ex, de 19 Dez 2007, a D Cont orienta as Organizações Militares sobre o Sistema Gerencial de Custos.

2. Para garantir informações mais adequadas e melhorar o suporte à gestão, a D Cont estabelece que as OM tenham cadastrados, no mínimo, os seguintes centros de custos:

UG COM AUTONOMIA	UG SEM AUTONOMIA
80101 80112	80101
80102 80113	80102
80106 80114	80106
80108 80118	80118
80109 80122	80125 (quando couber)
80110 80125	80139
80139	60203
60203	00301
00301	15109
056XX	
066XX (quando couber)	
151XX (quando couber)	
15109	

Brasília, DF, 12 de março de 2009.

**RICARDO MARQUES FIGUEIREDO – Cel Int**  
Diretor interino de Contabilidade

Em consequência, as UG deverão realizar a implantação dos Centros de Custos Obrigatórios ou informar a esta ICFEx o motivo da inviabilidade de sua implantação.

**- Gestor (Gerente) de Custos**

**Msg SIAFI nº 2009/0318269, de 18 Mar 09, da D Cont**

Do Diretor de Contabilidade interino

Ao Sr Ordenador de Despesas

A Diretoria de Contabilidade (D Cont), como gestora do Sistema Gerencial de Custos (SISCUSTOS), cumprindo a Portaria nº 932-Cmt Ex, de 19 Dez 07, sugere que o gestor de custos (gerente) seja o Fiscal Administrativo da OM. Essa orientação está baseada nas funções inerentes ao seu cargo, pois é o agente executor direto, responsável pelo assessoramento do agente diretor nos assuntos de administração patrimonial e do ordenador de despesas na administração orçamentária e, no que couber, nas administrações financeira e patrimonial

Brasília, DF, 18 de março de 2009.

**RICARDO MARQUES FIGUEIREDO – Cel Int**  
Diretor interino de Contabilidade

Em consequência, oriento aos Ordenadores de Despesas que, havendo a existência de Fisc Adm na UG, este agente seja designado como gerente de custos.

**- Conta Contábil 112160400****Msg SIAFI nº 2009/0296005, de 12 Mar 09, da D Cont**

Do Diretor de Contabilidade

Ao Sr Chefe de ICFEx

1. Versa a presente mensagem sobre inobservância de saldo na conta contábil 112160400 – limite de saque.

2. Esta Diretoria tem observado a inversão de saldo na conta contábil supracitada e, orienta seguir os procedimentos abaixo:

a. antes de realizar o pagamento ao fornecedor e o recolhimento dos tributos, a UG deverá consultar o saldo da conta 112160400 – limite de saque, por meio da transação >CONRAZAO;

b. observando que não há saldo suficiente para o pagamento e recolhimento das despesas, a UG deverá aguardar o envio da programação financeira correspondente;

c. a UG deverá também, através da transação >ATUCPR, atualizar as datas dos documentos hábeis relacionados com o referido pagamento.

3. Isso visa evitar que a UG pague suas despesas sem possuir limite de saque e gerando saldo credor na conta limite da saque.

Brasília, DF, 12 de marco de 2009.

RICARDO MARQUES FIGUEIREDO – Cel Int

Diretor interino de Contabilidade

**- Utilização Correta do Evento 54.0.404 - Assin. Contr. Seg. Alug. Serv. F.****Msg SIAFI nº 2009/0261089, de 04 Mar 09, da C Cont/STN**

Informamos que o evento 54.0.404, quando for registrar a assinatura do contrato por meio de NL, e o favorecido for UG no SIAFI, não pode ser informada a inscrição 1 (número da UG), tendo em vista que a formatação da conta 19971.02.00, na UG favorecida da NL vai ficar o número da própria UG e não a emitente do documento.

Campo observação do evento:

Evento utilizado pelo SIADS. Quando o favorecido do documento for UG não preencher o campo inscrição.

Lembramos ainda que temos várias unidades com registros incorretos, solicitamos análise e regularização, principalmente com a UG 115406 – Empresa Brasil de Comunicação.

Atenciosamente,

CCont/STN

Em consequência, as UG devem atentar para a utilização correta do evento para os registros dos contratos, quando o Contratado for outra UG do SIAFI.



**- Evento 800500 – Receitas a Classificar (418000000)****Msg SIAFI nº 2009/0195067, de 12 Mar 09, da CCont/STN**

Senhores usuários

Solicitamos de todas as Unidades Gestoras que utilizem o evento 800500 para reclassificar receitas, usar o evento 800503 quando as contas de controle de arrecadação (199961907 / 199961999) foram acionadas no momento do ingresso.

Atenciosamente,  
GEAAC/CCONT/STN

Em consequência, oriento as UG para a utilização correta do evento para a regularização da conta Receitas a Classificar.

## 2) Patrimônio

- Nada a considerar

## 3) Custos

- Nada a considerar

d. Execução de Licitações e Contratos**1) Licitações e Contratos – Orientações Normativas da AGU**

- A Secretaria de Economia e Finanças (SEF) por meio da [MSG SIAFI nº 2009/0449818, de 22 abr 09](#), difundiu as orientações normativas da Advocacia-Geral da União (AGU) publicadas na Seção 1, páginas 13 a 15, do Diário Oficial da União (DOU) nº 66, de 7 abr 09, acerca dos procedimentos para a realização de licitações e contratos da administração pública.

Com fulcro nas orientações da AGU a SEF difundiu, sob a forma de ementas, os assuntos normatizados relacionados a:

- a. Dispensa de Licitação
- b. Inexigibilidade de Licitação
- c. Serviço Contínuo
- d. Registro de Preços
- e. Contratos
- f. Pagamento
- g. Obra Pública
- h. Imóveis e Locação
- i. Microempresas
- j. Passagens
- k. Regularidade Fiscal
- l. Processo Administrativo

Devido à importância das orientações normativas da AGU esta U Ct Intr transcreve no **Anexo “A”**, ao presente B Info, a MSG SIAFI em tela.

**2) Inidoneidade de Empresas – Transcrição**

Mensagem: 2009/0584025 – 160509, de 25/05/09, da SEF-GESTOR

**DO: SUBSECRETÁRIO DE ECONOMIA E FINANÇAS**

**AOS: SENHORES CHEFES DE ICFeX**

1. INFORMO AOS CHEFES DE ICFeX QUE NO ÂMBITO DA CONTROLADORIA-GERAL DA UNIÃO (CGU/PR), DE ACORDO COM A DECISÃO S/Nº, DE 15 DE MAIO DE 2009, PUBLICADA NA SEÇÃO 1, PÁGINA 6, DO DIÁRIO OFICIAL DA UNIÃO (DOU) Nº 92, DE 18 DE MAIO DE 2009, FOI INSTAURADO PROCESSO ADMINISTRATIVO PARA EVENTUAL DECLARAÇÃO DE INIDONEIDADE DAS SEGUINTE EMPRESAS:

- A. CONSTRUTORA GAUTAMA LTDA;
- B. HABRA ENGENHARIA INDÚSTRIA COMÉRCIO LTDA;
- C. ATLANTA LTDA; E
- D. VÉRTICE ENGENHARIA E COMÉRCIO LTDA.

2. POR OPORTUNO, ESTA SECRETARIA INFORMA, AINDA, A ESSA CHEFIA QUE O "CADASTRO DE EMPRESAS INIDÔNEAS E SUSPENSAS - CEIS", CONFORME ORIENTAÇÕES CONTIDAS NA MENSAGEM SIAFI 2009/0205493 - SEF, DE 15 DE FEVEREIRO DE 2009, DISPONIBILIZA DUAS LISTAGENS NA INTERNET:

A. LISTAGEM DAS EMPRESAS INIDÔNEAS:

- <http://www.portaltransparencia.gov.br/ceis/empresasinidoneas.asp>

B. LISTAGEM DAS EMPRESAS IMPEDIDAS E/OU SUSPENSAS:

- <http://www.portaltransparencia.gov.br/ceis/empresasimpedidassuspensas.asp>

3. COM O PROPÓSITO DE DAR CONHECIMENTO ÀS UG VINCULADAS SOBRE O PROCESSO ADMINISTRATIVO INSTAURADO NO ÂMBITO DA CGU, SOLICITO A ESSA CHEFIA PUBLICAR A PRESENTE MENSAGEM EM BOLETIM INFORMATIVO.

BRASÍLIA - DF, 25 DE MAIO DE 2009.

GEN DIV MARCIO ROSENDO DE MELO  
SUBSECRETÁRIO DE ECONOMIA E FINANÇAS

Em consequência, oriento aos senhores Ordenadores de Despesas e aos Agentes da Administração das UG vinculadas, que tomem conhecimento e providências decorrentes.

### 3) Contagem de prazos – Transcrição

O TCU deliberou que os prazos são contados consecutivamente, quando não estiver determinado no ato convocatório que será em dias úteis.

Considera-se dia útil, para efeito de licitação, aquele em que há expediente no órgão ou entidade licitadora.

Só se iniciam e vencem prazos em dia de expediente, no órgão ou entidade promotora da licitação.

Na contagem dos prazos, exclui-se o primeiro dia do ato ou de sua divulgação e inclui-se o último como dia de vencimento.

Nenhum prazo se inicia ou transcorre sem que os documentos da licitação estejam disponíveis aos interessados para vista, solicitação de cópia, anotações ou obtenção de informações.

É importante destacar o que dispõe o art. 66 da Lei nº 9.784 sobre prazos:

- os prazos começam a correr a partir da data da cientificação oficial, excluindo-se da contagem o dia do começo e incluindo-se o do vencimento;
- os prazos expressos em dias contam-se de modo contínuo;
- os prazos fixados em meses ou anos contam-se da data a data. Se no mês do vencimento não houver o dia equivalente àquele do início do prazo, tem-se como termo o último dia do mês;
- considera-se prorrogado o prazo até o primeiro dia útil seguinte se o vencimento cair em dia em que não houver expediente ou este for encerrado antes da hora normal.

(Transcrito do Bol Info nº 03/2009, da 11ª ICFEx)

e. Pessoal

- Nada a considerar

f. Controle Interno

**Rol de Responsáveis - Transcrição**

**Msg SIAFI nº 2009/0341423, de 24 Mar 09, da Coord-Geral de Contas do Governo/SFC/CG**

Devido ao grande número de dúvidas surgidas quanto ao lançamento da efetiva gestão no exercício de 2009, através da transação ATUEFETGES/CONEFETGES, retransmitimos inteiro teor da mensagem nº 2009/0220617, desta GSCON, encaminhada em 19/02/2009, para todas as Unidades Gestoras.

Prezados usuários.

Tendo em vista o Acórdão nº 2854/2008 - TCU – Plenário, informamos que para fins de organização e de apresentação dos Relatórios de Gestão e dos Processos de Contas da Administração Pública Federal tornou-se facultativo o registro da efetiva gestão dos agentes responsáveis cadastrados no Rol do SIAFI.

Segundo o disposto no referido Acórdão, para indicação dos períodos de gestão de que trata o inciso III do artigo 11 da IN/TCU 57/2008, prescinde o registro dos afastamentos e das ausências de qualquer natureza do titular da responsabilidade e da autoridade delegante, bem como do correspondente registro da responsabilidade do substituto ou do delegado, podendo ser indicados períodos concomitantes para o titular e o substituto e o delegante/delegado, enquanto mantidos nas funções.

Dessa forma, para possibilitar a impressão do Relatório do Rol 2008 para as Unidades que não tenham registrado a efetiva gestão dos agentes responsáveis constantes do art. 10 da IN/TCU 57/2008, foi disponibilizada na transação >CONAGENTE do Rol do SIAFI2008 a opção de impressão pelas teclas PF5 ou PF9.

Cabe ressaltar que o entendimento firmado pelo Tribunal coaduna-se ao desta Controladoria-Geral da União, que em outras ocasiões já havia questionado a necessidade de registro detalhado do período de efetiva gestão dos agentes cadastrados no Rol.

Desse modo, esclarecemos que, para o exercício de 2009, as transações relativas à efetiva gestão (>ATUEFETGES e >CONEFETGES) já foram retiradas do SIAFI e que está em fase de conclusão pelo SERPRO a implementação da impressão do Rol por meio da transação >CONAGENTE. Assim que estiver concluída a opção de impressão para 2009, comunicaremos às Unidades.

Qualquer dúvida, favor contatar-nos pelo telefone (61) 3412-6842/6845.

Atenciosamente,

Coordenação-Geral de Contas do Governo - GSCON

(Transcrito do Bol Info nº 03/2009, da 11ª ICEx)

g. Visita de Auditoria

- Designo, para executarem as Visitas de Orientação previstas no Plano Anual de Atividades de Auditoria para o ano de 2009 (PAAA/2009), as equipes conforme o quadro:

Nº	UG	GUARNIÇÃO	PERÍODO	EQUIPE
01	26ª CSM 3º BE Cnst	Teresina/PI Picos/PI	31 maio a 05 jun	Maj ARCANJO 1º Ten NÓBREGA + 02(dois) Oficiais da 10ª ICEx
02	4º BPE	Recife/PE	03 e 04 jun	Cap TARSO 1º Ten RODNEY 1º Sgt MOURA
03	4º B Com	Recife/PE	09 e 10 jun	Maj CAVALCANTI 2º Ten CLEYTON
04	14º BI Mtz	Jaboatão dos Guararapes/PE	09 e 10 jun	Maj ARCANJO 2º Ten DJEANE S Ten SABINO
05	16º R C Mec 23ª CSM 31º BI Mtz	João Pessoa/PB Campina Grande/PB	14 a 19 jun	1º Ten RODNEY 2º Ten CLEYTON 3º Sgt A. CARLOS (Motorista)
06	Cmdo 10ª RM 10º D Sup H Ge F	Fortaleza/CE	14 a 19 jun	Cap BEZERRA Cap TARSO + 04 (quatro) Of da 10ª ICEx

(Nota para BI nº 008 -S/2, de 11 maio 09)

Em consequência, os Ordenadores de Despesas e demais Agentes da Administração, tomem conhecimento e providências julgadas cabíveis.

h. Convênios

- Nada a considerar

**2. Recomendações sobre Prazos**

- Nada a considerar

**3. Soluções de Consultas**

- Nada a considerar

#### 4. Atualização da Legislação, das Normas, dos Sistemas Corporativos e das Orientações para as UG

##### a. Legislação e Atos Normativos

ASSUNTO	Onde Encontrar	Observações
- Decreto nº 6.808, de 27 Mar 09 - altera os arts. 1º, 2º e 8º e os Anexos I, II, VI, VII, VIII, IX e X do Decreto nº 6.752, de 28.01.2009, que dispõe sobre a programação orçamentária e financeira, estabelece o cronograma mensal de desembolso do Poder Executivo para o exercício de 2009, e dá outras providências.	DOU de 30 Mar 09, S.1, ps. 1 e 4	Tomar conhecimento

##### b. Orientações aos Agentes da Administração

###### 1) Apuração de Irregularidades Administrativas

Por determinação da SEF, esta Inspeção deverá manter nos seus Relatórios de Acompanhamento da Apuração de Índícios de Irregularidades Administrativas – RAAIA as informações acerca de cada procedimento individualizado pelas Unidades Gestoras – UG vinculadas, até que seja implementado o ressarcimento total do prejuízo apurado ou realizada a efetiva inscrição em Dívida Ativa da União, se for o caso.

No Relatório de Prestação de Contas Mensal, bem como no Relatório de Gestão quando da elaboração da Tomada de Contas Anual, as UG vinculadas deverão incluir as informações relativas a outras providências adotadas e o andamento sobre o ressarcimento do dano à Fazenda Nacional.

(Of 020 – SPEC/D Aud/SEF - circular, de 18 Mar 09)

Em consequência, oriento aos senhores Ordenadores de Despesas e aos Agentes da Administração das UG vinculadas, que tomem conhecimento e providências decorrentes.

###### 2) Atualização do CNPJ nos contratos de concessionárias

- Msg SIAFI nº 2009/0306611, de 16 Mar 09, da DGO

**Do:** Diretor de Gestão Orçamentária

**Ao:** Sr ordenador de despesas

Msg nº 009 – SSEC PLJ COOR/SGS DGO, de 16 Mar 2009.

1. Com o objetivo de evitar que o CNPJ matriz do Comandante do Exército seja negativado em função de pendências existentes no CNPJ de algumas Unidades Gestoras, esta Diretoria informa que todas as OM/UG que já possuem os novos CNPJ próprios (matriz e filial) desvinculados do CNPJ raiz do Gabinete do Comandante do Exército, deverão atualizá-los nos contratos celebrados com as concessionárias de serviços públicos o mais breve possível.

2. Outrossim, informo-vos que tal medida deverá ser adotada, também, com relação aos contratos celebrados com empresas particulares por meio de assinatura de termo aditivo ou mesmo de novos termos.

Brasília-DF, 16 Mar 2009.

**Gen Bda CARLOS HENRIQUE CARVALHO PRIMO**

Diretor de Gestão Orçamentária

Em consequência, oriento aos senhores Ordenadores de Despesas e aos Agentes da Administração das UG vinculadas, que tomem conhecimento e providências decorrentes.

**3) Padronização das Msg SIAFI encaminhadas ao CPEx**

(Transcrição Msg SIAFI nº2009/0471168 – CPEx, de 27 Abr 09)

**Do** Chefe do Centro de Pagamento do Exército**Aos** Sr Ordenadores de Despesas**Assunto:** Padronização das Msg SIAFI encaminhadas ao CPEx

1. Versa o presente sobre padronização dos assuntos das mensagens SIAFI encaminhadas ao Centro de Pagamento do Exército (CPEx).

2. Este Centro de pagamento solicita as UG que adotem no campo assunto das Msg SIAFI os termos padronizados abaixo, podendo ser complementados com outras informações julgadas necessárias ou assuntos que não se enquadrem nos exemplos abaixo.

**Termos padronizados:**

Assunto: MILITAR DA ATIVA -

Assunto: MILITAR NA INATIVIDADE / PENSIONISTA -

Assunto: SERVIDOR CIVIL -

Assunto: IRPF / CRP / DIRF / PASEP -

Assunto: SETOR FINANCEIRO -

Assunto: TAB PAG -

Assunto: SISCONSIG -

Assunto: CONVÊNIOS

3. O Intuito desta solicitação é dar presteza ao redirecionamento das MSG SIAFI recebidas pelo CPEx.

Brasília-DF, 27 de abril de 2009.

**Gen Bda JOSE ORLANDO RIBEIRO CARDOSO**

Chefe do Centro de Pagamento do Exército

Em consequência, oriento aos senhores Ordenadores de Despesas e aos Agentes da Administração das UG vinculadas, que tomem conhecimento e providências decorrentes.

**c. Mensagens Expedidas**

MENSAGEM	EXPEDIDOR	ASSUNTO
SIAFI 2009/0374772	CPEx	Compensação Orgânica (Horas de VÔO) de Pensionista
SIAFI 2009/0376496	DGO	Solicitações de Crédito sem Sub-repasse
SIAFI 2009/0392695	DIORFA/DGP	Alteração na rotina do SIPEO
SIAFI 2009/0415383	DIORFA/DGP	Alteração na rotina do SIPEO
SIAFI 2009/0495401	7ª ICFEx	CPEx – Módulo de Pensão Alimentícia - Orientações
SIAFI 2009/0495415	7ª ICFEx	Concessionárias de Serviço Público (Datas de Faturas)
SIAFI 2009/0495455	7ª ICFEx	CPEx – Disponibilização dos CEP
SIAFI 2009/0495504	7ª ICFEx	SICAF – Mudança de Rotina
SIAFI 2009/0495540	7ª ICFEx	CONCONTIR (NOVA EQUAÇÃO)
SIAFI 2009/0495659	7ª ICFEx	Crédito para Material Permanente
SIAFI 2009/0524468	7ª ICFEx	RAIS - Orientações
SIAFI 2009/0531222	7ª ICFEx	SISCUSTOS - Orientação
SIAFI 2009/0530620	7ª ICFEx	Novos CNPJ
SIAFI 2009/0559449	7ª ICFEx	Contas sem Saldo – 292410402 e 295110200
SIAFI 2009/0559449	7ª ICFEx	Limite de Saque – FONTE 0190000000
SIAFI 2009/0571493	7ª ICFEx	Seguro Obrigatório – Orientação Complementar
SIAFI 2009/0591433	7ª ICFEx	Requisição de Pagamento Complementar

## 4ª Parte – ASSUNTOS GERAIS

### 1. ANIVERSÁRIO DE OM

Esta Chefia e os integrantes da 7ª ICFEx cumprimentam e formulam votos de felicidades e de continuado sucesso profissional aos Ordenadores de Despesas (OD) e integrantes das UG e, igualmente, aos Comandantes (Agentes Diretores – AD) e componentes das UA (vinculadas a uma UG), a seguir relacionadas, cujas datas de aniversário transcorreram ou transcorrerão nos meses de **junho** de 2009:

UG	LOCALIZAÇÃO	DATA
CMF	Fortaleza - CE	01 Jun
7º G A C	Recife - PE	
CRO/7		04 Jun

### 2. Informações do tipo “Você sabia ...?”

a. Que deverá ser lançado o CPF do agente suprido quando da emissão do documento hábil “SF”no subsistema CPR?

b. Que para as despesas classificadas em lei como sigilosas e para as quais seja imprescindível a manutenção do sigilo do agente público responsável pelo gasto, a emissão do documento hábil “SF”no subsistema CPR deverá ser em nome da própria UG?

c. Que o Art 3º da Lei Complementar nº 116, de 31 jul 03, estabelece que o serviço considera-se prestado e o imposto devido no local do estabelecimento prestador ou, na falta do estabelecimento, no local do domicílio do prestador, exceto nas hipóteses previstas nos incisos I a XXII, quando o imposto será devido no local?

d. Que, portanto, a UG deve inicialmente verificar a qual município o ISSQN é devido para, então, analisar a legislação municipal correlata?

e. Que o Art 6º, da supracitada lei, confere aos municípios a competência para atribuição de responsabilidade pelo crédito tributário a terceira pessoa, vinculada ao fato gerador da obrigação, inclusive no que se refere à multa e aos acréscimos legais?

f. Que de acordo com o disposto no Art 13, § 1º, XIV, alínea "a" da LC 123/06 (alterada pela IC 128), ficou mantido que não se inclui no Simples Nacional o ISS devido em relação aos serviços sujeitos à substituição tributária ou retenção na fonte e que, sendo assim, os serviços prestados em substituição tributária continuam sendo tributados da mesma maneira, qual seja, por retenção com as alíquotas e guia de recolhimento do município?

g. Que em termos gerais, se houver previsão na legislação municipal indicando que o tomador do serviço, quando for Órgão Público Federal, é o substituto tributário ou é obrigado a reter na fonte, a UG deverá então recolher o devido tributo, com base na alíquota municipal, independentemente se a empresa prestadora do serviço é optante ou não do simples nacional?

h. Que os pagamentos aos servidores civis, decorrentes de titulação, em virtude da criação do Plano Geral de Cargos do Poder Executivo-PGPE, somente poderá ser efetivado após o registro do título no cadastro do servidor?

i. Que o registro de título de servidor civil é feito por meio da transação >CAIASERVID, no SIAPE, lançando o nome do estabelecimento de ensino, UF, carga horária e data de conclusão?

j. Que após registrar a titulação, é necessário informar ao CPEx usando SIAPE, ou por meio da transação >CDATTITREC?

l. Que na conferência do pagamento, as UG deverão usar a transação >CDCOINDFUN no SIAPE?

m. Que no sítio da intranet do CPEx ([www.cpex.eb.mil.br](http://www.cpex.eb.mil.br)) há uma página exclusiva sobre o pagamento de servidores civis?

n. Que o Comandante, Chefe ou Diretor, em qualquer nível, é o responsável pela segurança orgânica do Sistema Gerencial de Custos do Exército Brasileiro (SISCUSTOS), devendo designar em Boletim Interno o Gerente de Custos e demais usuários do sistema?

o. Que, com a reativação do SISCUSTOS, poderá ter ocorrido alguma duplicação de dados, devendo os Gerentes de Custos verificarem todos os dados, excluindo as duplicações que tenham sido geradas?

p. Que, de acordo com o Decreto nº 3.931/2001, a utilização do Sistema de Registro de Preços (SRP) é recomendada quando ocorrer uma das seguintes situações a seguir: 1) houver necessidade de aquisições frequentes; 2) quando for mais conveniente a aquisição de bens com previsão de entregas parceladas; 3) para atender a mais de um órgão ou entidade, levando em conta a economia de escala; ou 4) não for possível definir previamente o quantitativo a ser demandado?

q. Que no SRP o fornecedor terá o seu registro cancelado quando: 1) descumprir as condições da ata de registro de preços; 2) não retirar a respectiva Nota de Empenho no prazo definido no edital, sem justificativa aceitável; ou 3) não aceitar reduzir o seu preço na hipótese de este se tornar superior àqueles praticados no mercado?

r. Que o serviço de fornecimento de passagens aéreas nacionais não é considerado como de natureza contínua e, desta forma, a vigência dos contratos firmados não pode ultrapassar o encerramento do exercício financeiro?

t. Que a mensagem **SIASG** nº 052466-DLSG, de 23/04/09 informa que encontra disponível no – SIASG, módulo SISME – Minuta de Empenho – Empenho Atual, as seguintes transações:

- **CANCEMPPE** – cancelamento de empenho de despesa pré-empenhada;
- **ESTANEMPPE** – estorno da anulação de empenho de despesa pré-empenhada; e
- **ESTACAEMPPE** – estorno do cancelamento de empenho de despesa pré-empenhada.

u. Que a mensagem SIAFI 2009/0470035-DGO, de 27/04/09, informa aos Sr OD que já está disponível no endereço [www.sef.eb.mi.br/dgo](http://www.sef.eb.mi.br/dgo), as *Orientações aos Agentes da Administração - edição 2009*, recomendando a pronta leitura e, em especial, dos itens que tratam da ação 2003 do PAA. Ainda, após a leitura detalhada, que sejam remetidas aquela Diretoria, observações realizadas pelos Sr. Agentes da Administração com o objetivo do pronto aperfeiçoamento de da atualização destas orientações.

v. Que as MACROFUNÇÕES do Manual SIAFI podem ser consultadas no site <https://manualsiafi.tesouro.fazenda.gov.br/>?

w. Que no Anexo “A” ao presente BINFO, consta orientação sobre **Licitações e Contratos – Orientações Normativas da AGU**?

x. Que no Anexo “B” ao presente BIMFO, consta decisões/orientações do TCU sobre a modalidade **PREGÃO**?



**SISCUSTOS**

- a. Que está disponibilizado na página da D Cont, via intranet, (<http:dcont.sef.eb.mil.br>) um fórum de discussões para esclarecer as dúvidas dos usuários do Sistema Gerencial de Custos?
- b. Que na página da 11ª ICFEx ([www.11icfex.eb.mil.br](http:www.11icfex.eb.mil.br)) existe um menu “Orientações” que contém uma série de orientações, dentre as quais sobre SISCUSTOS?
- c. Que o Comandante, Chefe ou Diretor da OM é o responsável pela segurança orgânica do Sistema Gerencial de Custos do Exército Brasileiro (SISCUSTOS), devendo designar em Boletim Interno o Gerente de Custos e demais usuários do sistema?
- d. Que o SISCUSTOS está plenamente ativo, já contando com os dados orçamentários de 2009?
- e. Que os dados eventualmente duplicados devem ser verificados pelos Gerentes de Custos, que excluirão as duplicações eventualmente existentes?
- f. Que o Centro de Custo de Saúde, das liquidações no CPR para as OCS e PSA, é o 04301 – atendimento por OCS/PSA?
- g. Que a apropriação dos serviços no CPR deve ser acionada a tecla “PF2” para lançar os dados de Centro de Custos com o preenchimento do CC específico de cada atividade, não devendo usar o CC 999; no campo “SETOR” usar sempre o código 569100000; e na “UG BENEFICIADA” o código da própria UG, ou se for um pagamento específico da OM vinculada colocar o código da “UG Custo”;
- h. Que para a apropriação de material permanente e material de consumo utilizar sempre o CC 999, pois o custo será verificado via SIMATEX, na saída do material;
- i. Que as OM sem autonomia administrativa devem selecionar seus próprios CC, portanto, devem ter Gerente e Operador de Custos.

**Retenção de tributos**

- a. Que o Art 3º da Lei Complementar nº 116, de 31 Jul 03, estabelece que o serviço considera-se prestado e o imposto devido no local do estabelecimento prestador ou, na falta do estabelecimento, no local do domicílio do prestador, exceto nas hipóteses previstas nos incisos I a XXII, quando o imposto será devido no local?
- b. Que a UG deve inicialmente verificar a qual município o ISSQN é devido para, então, analisar a legislação municipal correlata, visando levantar aspectos como os serviços sujeitos à substituição tributária ou retenção na fonte?
- c. Que o Art 6º, da supracitada lei, confere aos municípios a competência para atribuição de responsabilidade pelo crédito tributário a terceira pessoa, vinculada ao fato gerador da obrigação, inclusive no que se refere à multa e aos acréscimos legais?
- d. Que de acordo com o disposto no Art 13, § 1º, XIV, alínea "a" da LC 123/06 (alterada pela LC 128), ficou mantido que não se inclui no Simples Nacional o ISS devido em relação aos serviços sujeitos à substituição tributária ou retenção na fonte e que, sendo assim, os serviços prestados em substituição tributária continuam sendo tributados da mesma maneira, qual seja, por retenção com as alíquotas e guia de recolhimento do município?

e. Que em termos gerais, se houver previsão na legislação municipal indicando que o tomador do serviço, quando for Órgão Público Federal, é o substituto tributário ou é obrigado a reter na fonte, a UG deverá então recolher o devido tributo, com base na alíquota municipal, independentemente se a empresa prestadora do serviço é optante ou não do simples nacional?

f. Que o Ministério da Fazenda disponibiliza em seu endereço eletrônico na Internet [www8.receita.fazenda.gov.br/SimplesNacional/sobre/perguntas.asp](http://www8.receita.fazenda.gov.br/SimplesNacional/sobre/perguntas.asp) diversas respostas aos questionamentos das UG, dentre as quais, a de como será a tributação do ISS de microempresa (ME) optante pelo Simples Nacional que presta serviço sujeito à retenção na fonte?

### **Aplicação de alíquota do ISS**

a. Que o art. 3º da LC 116, de 31 Jul 03, estabelece que o serviço considera-se prestado e o imposto devido no local do estabelecimento prestador ou, na falta deste, no local do domicílio do prestador, exceto nas hipóteses previstas nos incisos I a XXII, quando o imposto será devido no local;

b. Que portanto, a UG deve inicialmente verificar a qual município o ISS é devido para, então, analisar a legislação municipal correlata;

c. Que o art. 6º da lei confere aos municípios competência para atribuição de responsabilidade pelo crédito tributário a terceira pessoa, vinculada ao fato gerador da obrigação, inclusive no que se refere à multa e aos acréscimos legais;

d. Que de acordo com o disposto no art. 13, § 1º, XIV, alínea "a" da LC 123/06 (alterada pela LC 128), não se inclui no Simples Nacional o ISS devido em relação aos serviços sujeitos à substituição tributária ou retenção na fonte e que, sendo assim, os serviços prestados em substituição tributária continuam sendo tributados da mesma maneira, qual seja, por retenção com as alíquotas e guia de recolhimento do município;

e. Que em termos gerais, se houver previsão na legislação municipal indicando que o tomador do serviço, quando for órgão público federal, é o substituto tributário ou é obrigado a reter na fonte, a UG deverá então recolher o devido tributo, com base na alíquota municipal, independentemente se a empresa prestadora do serviço é optante ou não do simples nacional;

### **Registro de Conformidade de Gestão**

a. Que o Registro da Conformidade de Gestão é de responsabilidade de servidor formalmente designado pelo titular da UG Executora (OD, Cmt, Dir e Ch);

b. Que o servidor responsável pelo Registro deverá constar do Rol de Responsáveis, juntamente com o respectivo substituto, não podendo ter função de emitir documentos;

c. Que o responsável pelo Registro poderá emitir documentos quando a UG se encontrar, justificadamente, impossibilitada de designar servidores distintos para exercer tais funções, sendo que, nesse caso, a Conformidade de Gestão será registrada pelo próprio OD (parágrafo único do art. 8º da IN/STN/no 06, de 31 out 07);

d. Que a Conformidade dos Registros de Gestão deve ser registrada até 3 dias úteis depois da data do registro da operação no SIAFI, sendo que o sábado contará como 1 dia caso o SIAFI funcione neste dia;

**Prestação de Contas Mensal**

a. Que os relatórios gerados pelo SISCOFIS (RMA/RMB) deverão ser apreciados na reunião de prestação de contas mensal, nos moldes do que preconiza o art.15, da Portaria SEF 009, de 13 Dez 99, ocasião em que serão compatibilizados com os respectivos saldos contábeis gerados pelo SIAFI;

b. Que os relatórios em comento, uma vez aprovados pelo OD, serão arquivados na Fiscalização Administrativa, ou Seção equivalentes, conforme item 4.18.2 do Roteiro para a Execução da Conformidade dos Registros de Gestão, e constarão de seu verso as observações que se fizerem necessárias;

**Conformidade de Operadores – Sistema SIASGSIAFI**

a. Que o responsável pela conformidade de operadores da UG (SIASG/RESPUASG e SIAFI/CONFOP) deve registrar mensalmente a conformidade dos usuários, tanto no SIASG quanto no SIAFI, sob pena de todos ficarem na situação de “SUSPENSO”;

b. Que para tanto, deve seguir os seguintes passos:

1). SIASG: na linha de comando do sistema, digitar >REGCONFUSU; na listagem apresentada de usuários habilitados, desmarcar aqueles que não mais poderão utilizar o sistema; dar *enter*;

2) SIAFI: na linha de comando do sistema, digitar >REGCONFOP; na listagem apresentada de usuários habilitados, desmarcar aqueles que não mais poderão utilizar o sistema; dar *enter*;

c. a UG deverá manter 2 (dois) operadores habilitados no perfil “RESPUASG” (conformidade de operadores no SIASG) e “CONFOP” (conformidade de operadores no SIAFI);

d. a conformidade deverá ser efetuada somente na UG primária;

**CICS on-line – CITEx/CPEx**

a. Que o CICS on-line é um Banco de Dados gerenciado pelo Centro Integrado de Telemática do Exército (CITEx) e Centro de Pagamento do Exército (CPEx) para transmissão de arquivos de pagamento de pessoal da UG. Por medida de segurança e orientação do CPEx, o CITEx só tem realizado o cadastramento do OD da UG?

b. Que a senha do OD é **intransferível**?

c. Que em decorrência da passagem de Comando/Direção/Chefia, as UG devem solicitar a esta ICFEx, mediante ofício, o cadastramento do OD no citado Sistema. Para tanto, deverão ser encaminhados os Formulário 1- Cadastro de Acesso de Operador, referente à inclusão e exclusão dos usuários substituto e substituído, respectivamente

**Controle Patrimonial**

a. Que os relatórios gerados pelo SISCOFIS (RMA/RMB) deverão ser apreciados na reunião de prestação de contas mensal, nos moldes do que preconiza o art.15, da Portaria 009-SEF, de 13Dez 99, ocasião em que serão compatibilizados com os respectivos saldos contábeis gerados pelo SIAFI?

b. Que estes relatórios, uma vez aprovados pelo OD, serão arquivados na Fiscalização Administrativa, ou seção equivalente (Suporte Documental), conforme item 4.18.2 do Roteiro para a Execução da Conformidade de Suporte Documental, constando de seu verso as observações que se fizerem necessárias?

<b>7ª ICFEx</b>	<b><i>Continuação do B Info Nº 05, de 29 de maio de 2009</i></b>	<b><i>Pág 19</i></b>	
-----------------	--	----------------------	--

### **Orientação Normativa AGU nº 21/2009**

Que de acordo com a Orientação Normativa AGU nº 21/2009, é vedado aos Órgãos Públicos Federais a adesão a ata de registro de preços, quando a licitação tiver sido realizada pela Administração Pública Estadual, Municipal ou do Distrito Federal?

---

**RUBENS MARTINS NETO – Ten Cel**  
**Chefe da 7ª ICFEx**

**ANEXO “A”****LICITAÇÕES E CONTRATOS – ORIENTAÇÕES NORMATIVAS DA AGU**

Transcreve-se a seguir matéria constante do **BInfo 04/09, da 1ª ICFeX**, sobre o assunto em epígrafe, por ser de interesse dos Ag Adm das UG vinculadas a esta Inspeção

(Msg SIAFI nº 2009/0449818, de 22 abr 09, com a inserção por esta ICFeX dos fundamentos legais referenciados)

**“DO SUBSECRETÁRIO DE ECONOMIA E FINANÇAS**

**AO: SENHORES ORDENADORES DE DESPESAS**

**ASSUNTO: ORIENTAÇÕES DA "AGU" - A/1 E A/2 – SEF**

**REF: ORIENTAÇÕES NORMATIVAS/AGU NOS 1 A 26, DE 01 ABR 09, PUBLICADAS NA SEÇÃO 1, PÁGINAS 13 A 15, DO DOU Nº 66, DE 07 ABR 09.**

**1. TRATA O PRESENTE EXPEDIENTE DE ORIENTAÇÕES NORMATIVAS DA ADVOCACIA-GERAL DA UNIÃO - AGU ACERCA DOS PROCEDIMENTOS PARA REALIZAÇÃO DE LICITAÇÕES E CONTRATOS DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA.**

**2. COM FULCRO NOS DOCUMENTOS CITADOS NA REFERÊNCIA, ESTA SECRETARIA RESOLVEU DIFUNDIR, A SEGUIR, SOB A FORMA DE EMENTAS, OS ASSUNTOS NORMATIZADOS PELA AGU.**

**A. DISPENSA DE LICITAÇÃO:**

**1) A CONTRATAÇÃO DIRETA COM FUNDAMENTO NO INC. IV DO ART. 24 DA LEI Nº 8.666, DE 1993, EXIGE QUE, CONCOMITANTEMENTE, SEJA APURADO SE A SITUAÇÃO EMERGENCIAL FOI GERADA POR FALTA DE PLANEJAMENTO, DESÍDIA OU MÁ GESTÃO, HIPÓTESE QUE, QUEM LHE DEU CAUSA SERÁ RESPONSABILIZADO NA FORMA DA LEI;**

***“IV - nos casos de emergência ou de calamidade pública, quando caracterizada urgência de atendimento de situação que possa ocasionar prejuízo ou comprometer a segurança de pessoas, obras, serviços, equipamentos e outros bens, públicos ou particulares, e somente para os bens necessários ao atendimento da situação emergencial ou calamitosa e para as parcelas de obras e serviços que possam ser concluídas no prazo máximo de 180 (cento e oitenta) dias consecutivos e ininterruptos, contados da ocorrência da emergência ou calamidade, vedada a prorrogação dos respectivos contratos;”***

**2) NÃO SE DISPENSA LICITAÇÃO, COM FUNDAMENTO NOS INC.S.V E VII DO ART. 24 DA LEI Nº 8.666, DE 1993, CASO A LICITAÇÃO FRACASSADA OU DESERTA TENHA SIDO REALIZADA NA MODALIDADE CONVITE;**

***“V - quando não acudirem interessados à licitação anterior e esta, justificadamente, não puder ser repetida sem prejuízo para a Administração, mantidas, neste caso, todas as condições preestabelecidas;***

***VII - quando as propostas apresentadas consignarem preços manifestamente superiores aos praticados no mercado nacional, ou forem incompatíveis com os fixados pelos órgãos oficiais competentes, casos em que, observado o parágrafo único do art. 48 desta Lei e, persistindo a situação, será admitida a adjudicação direta dos bens ou serviços, por valor não superior ao constante do registro de preços, ou dos serviços;”***

3) EMPRESA PÚBLICA OU SOCIEDADE DE ECONOMIA MISTA QUE EXERÇA ATIVIDADE ECONÔMICA NÃO SE ENQUADRA COMO ÓRGÃO OU ENTIDADE QUE INTEGRA A ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA, PARA OS FINS DE DISPENSA DE LICITAÇÃO COM FUNDAMENTO NO INC. VIII DO ART. 24 DA LEI Nº 8.666, DE 1993; E

*“VIII - para a aquisição, por pessoa jurídica de direito público interno, de bens produzidos ou serviços prestados por órgão ou entidade que integre a Administração Pública e que tenha sido criado para esse fim específico em data anterior à vigência desta Lei, desde que o preço contratado seja compatível com o praticado no mercado;”*

4) OS CONTRATOS FIRMADOS COM AS FUNDAÇÕES DE APOIO COM BASE NA DISPENSA DE LICITAÇÃO PREVISTA NO INC. XIII DO ART. 24 DA LEI Nº 8.666, DE 1993, DEVEM ESTAR DIRETAMENTE VINCULADOS A PROJETOS COM DEFINIÇÃO CLARA DO OBJETO E COM PRAZO DETERMINADO, SENDO VEDADAS A SUBCONTRATAÇÃO; A CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS CONTÍNUOS OU DE MANUTENÇÃO; E A CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS DESTINADOS A ATENDER ÀS NECESSIDADES PERMANENTES DA INSTITUIÇÃO.

*“XIII - na contratação de instituição brasileira incumbida regimental ou estatutariamente da pesquisa, do ensino ou do desenvolvimento institucional, ou de instituição dedicada à recuperação social do preso, desde que a contratada detenha inquestionável reputação ético-profissional e não tenha fins lucrativos”*

#### **B. INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO:**

1) A CONTRATAÇÃO DIRETA COM FUNDAMENTO NA INEXIGIBILIDADE PREVISTA NO ART. 25, INC. I, DA LEI Nº 8.666, DE 1993, É RESTRITA AOS CASOS DE COMPRAS, NÃO PODENDO ABRANGER SERVIÇOS;

*“I - para aquisição de materiais, equipamentos, ou gêneros que só possam ser fornecidos por produtor, empresa ou representante comercial exclusivo, vedada a preferência de marca, devendo a comprovação de exclusividade ser feita através de atestado fornecido pelo órgão de registro do comércio do local em que se realizaria a licitação ou a obra ou o serviço, pelo Sindicato, Federação ou Confederação Patronal, ou, ainda, pelas entidades equivalentes;”*

2) COMPETE À ADMINISTRAÇÃO AVERIGUAR A VERACIDADE DO ATESTADO DE EXCLUSIVIDADE APRESENTADO NOS TERMOS DO ART. 25, INC I, DA LEI Nº 8.666, DE 1993;

3) É OBRIGATÓRIA A JUSTIFICATIVA DE PREÇO NA INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO, QUE DEVERÁ SER REALIZADA MEDIANTE A COMPARAÇÃO DA PROPOSTA APRESENTADA COM PREÇOS PRATICADOS PELA FUTURA CONTRATADA JUNTO A OUTROS ÓRGÃOS PÚBLICOS OU PESSOAS PRIVADAS; E

4) CONTRATA-SE POR INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO COM FUNDAMENTO NO ART. 25, INC. II, DA LEI Nº 8.666, DE 1993, CONFERENCISTAS PARA MINISTRAR CURSOS PARA TREINAMENTO E APERFEIÇOAMENTO DE PESSOAL, OU A INSCRIÇÃO EM CURSOS ABERTOS, DESDE QUE CARACTERIZADA A SINGULARIDADE DO OBJETO E VERIFICADO TRATAR-SE DE NOTÓRIO ESPECIALISTA

#### **C. SERVIÇO CONTÍNUO:**

1) A VIGÊNCIA DO CONTRATO DE SERVIÇO CONTÍNUO NÃO ESTÁ ADSTRITA AO EXERCÍCIO FINANCEIRO;

2) NA CONTRATAÇÃO DE SERVIÇO CONTÍNUO, COM FUNDAMENTO NO ART. 24, INC. II, DA LEI Nº 8.666, DE 1993, O LIMITE MÁXIMO DE R\$ 8.000,00 (OITO MIL REAIS) DEVERÁ CONSIDERAR A POSSIBILIDADE DA DURAÇÃO DO CONTRATO PELO PRAZO DE 60 (SESSENTA) MESES;

3) O EDITAL E O CONTRATO DE SERVIÇO CONTINUADO DEVERÃO INDICAR O CRITÉRIO DE REAJUSTAMENTO DE PREÇOS, QUE DEVERÁ SER SOB A FORMA DE REAJUSTE EM SENTIDO ESTRITO, COM PREVISÃO DE ÍNDICE SETORIAL, OU POR REPACTUAÇÃO, PELA DEMONSTRAÇÃO ANALÍTICA DA VARIAÇÃO DOS COMPONENTES DOS CUSTOS; E

4) O EDITAL E O CONTRATO PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇO CONTINUADO DEVEM CONTER APENAS UM EVENTO COMO MARCO INICIAL PARA A CONTAGEM DO INTERREGNO DE UM ANO PARA O PRIMEIRO REAJUSTE OU REPACTUAÇÃO: OU A DATA DA PROPOSTA OU A DATA DO ORÇAMENTO A QUE A PROPOSTA SE REFERIR.

#### **D. REGISTRO DE PREÇOS:**

1) O PRAZO DE VALIDADE DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS É DE NO MÁXIMO UM ANO, NOS TERMOS DO ART. 15, § 3º, INC. III, DA LEI Nº 8.666, DE 1993, RAZÃO PORQUE EVENTUAL PRORROGAÇÃO DA SUA VIGÊNCIA, COM FUNDAMENTO NO § 2º DO ART. 4º DO DECRETO Nº 3.931, DE 2001, SOMENTE SERÁ ADMITIDA ATÉ O REFERIDO LIMITE, E DESDE QUE DEVIDAMENTE JUSTIFICADA, MEDIANTE AUTORIZAÇÃO DA AUTORIDADE SUPERIOR E QUE A PROPOSTA CONTINUE SE MOSTRANDO MAIS VANTAJOSA;

2) NA LICITAÇÃO PARA REGISTRO DE PREÇOS, A INDICAÇÃO DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA É EXIGÍVEL APENAS ANTES DA ASSINATURA DO CONTRATO; E

3) É VEDADA AOS ÓRGÃOS PÚBLICOS FEDERAIS A ADESÃO À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS, QUANDO A LICITAÇÃO TIVER SIDO REALIZADA PELA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA ESTADUAL, MUNICIPAL OU DO DISTRITO FEDERAL. (ASSUNTO TAMBÉM ABORDADO NA MENSAGEM SIASG Nº 052391, DE 16 DE ABRIL DE 2009).

#### **E. CONTRATOS:**

1) NA ANÁLISE DOS PROCESSOS RELATIVOS À PRORROGAÇÃO DE PRAZO, CUMPRE AOS ÓRGÃOS JURÍDICOS VERIFICAR SE NÃO HÁ EXTRAPOLAÇÃO DO ATUAL PRAZO DE VIGÊNCIA, BEM COMO EVENTUAL OCORRÊNCIA DE SOLUÇÃO DE CONTINUIDADE NOS ADITIVOS PRECEDENTES, HIPÓTESES QUE CONFIGURAM A EXTINÇÃO DO AJUSTE, IMPEDINDO A SUA PRORROGAÇÃO;

2) O REEQUILÍBRIO ECONÔMICO-FINANCEIRO PODE SER CONCEDIDO A QUALQUER TEMPO, INDEPENDENTEMENTE DE PREVISÃO CONTRATUAL, DESDE QUE VERIFICADAS AS CIRCUNSTÂNCIAS ELENCADAS NA LETRA 'D' DO INC. II DO ART. 65, DA LEI Nº 8.666, DE 1993;

*“d) para restabelecer a relação que as parte pactuaram inicialmente entre os encargos do contratado e a retribuição da Administração para a justa remuneração da obra, serviço ou fornecimento, objetivando a manutenção do equilíbrio econômico-financeiro inicial do contrato, na hipótese de sobreviverem fatos imprevisíveis, ou previsíveis porém de conseqüências incalculáveis, retardadores ou impeditivos da execução do ajustado, ou ainda, em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe, configurando área econômica extraordinária e extracontratual”.*

3) A ALTERAÇÃO DOS INSUMOS DA PLANILHA DE PREÇOS DECORRENTE DE ACORDO, CONVENÇÃO OU DISSÍDIO COLETIVO DE TRABALHO SOMENTE PODERÁ SER OBJETO DE PEDIDO DE REPACTUAÇÃO CONTRATUAL; E

4) NA CONTRATAÇÃO DE SERVIÇO EM QUE A MAIOR PARCELA DO CUSTO FOR DECORRENTE DE MÃO-DE-OBRA, O EDITAL E O CONTRATO DEVERÃO INDICAR EXPRESSAMENTE QUE O PRAZO DE UM ANO, PARA A PRIMEIRA REPACTUAÇÃO, CONTA-SE DA DATA DO ORÇAMENTO A QUE A PROPOSTA SE REFERIR.

#### **F. PAGAMENTO:**

A DESPESA SEM COBERTURA CONTRATUAL DEVERÁ SER OBJETO DE RECONHECIMENTO DA OBRIGAÇÃO DE INDENIZAR NOS TERMOS DO ART.59, PARÁGRAFO ÚNICO, DA LEI Nº 8.666, DE 1993, SEM PREJUÍZO DA APURAÇÃO DA RESPONSABILIDADE DE QUEM LHE DER CAUSA.

*“Art. 59. A declaração de nulidade do contrato administrativo opera retroativamente impedindo os efeitos jurídicos que ele, ordinariamente, deveria produzir, além de desconstituir os já produzidos. Parágrafo único. A nulidade não exonera a Administração do dever de indenizar o contratado pelo que este houver executado até a data em que ela for declarada e por outros prejuízos regularmente comprovados, contanto que não lhe seja imputável, promovendo-se a responsabilidade de quem lhe deu causa”.*

#### **G. OBRA PÚBLICA:**

NA CONTRATAÇÃO DE OBRA OU SERVIÇO DE ENGENHARIA, O INSTRUMENTO CONVOCATÓRIO DEVE ESTABELECECR CRITÉRIOS DE ACEITABILIDADE DOS PREÇOS UNITÁRIOS E GLOBAL.

#### **H. IMÓVEIS E LOCAÇÃO:**

A VIGÊNCIA DO CONTRATO DE LOCAÇÃO DE IMÓVEIS, NO QUAL A ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA É LOCATÁRIA, REGE-SE PELO ART. 51 DA LEI Nº 8.245, DE 1991, NÃO ESTANDO SUJEITA AO LIMITE MÁXIMO DE SESSENTA MESES, ESTIPULADO PELO INC. II DO ART. 57, DA LEI Nº 8.666, DE 1993.

#### **I. MICROEMPRESAS:**

O TRATAMENTO FAVORECIDO DE QUE TRATAM OS ARTS. 43 A 45 DA LEI COMPLEMENTAR Nº 123, DE 2006, DEVERÁ SER CONCEDIDO ÀS MICROEMPRESAS E EMPRESAS DE PEQUENO PORTE INDEPENDENTEMENTE DE PREVISÃO EDITALÍCIA.

#### **J. PASSAGENS:**

O FORNECIMENTO DE PASSAGENS AÉREAS E TERRESTRES ENQUADRA-SE NO CONCEITO DE SERVIÇO PREVISTO NO INC. II DO ART. 6º DA LEI Nº 8.666, DE 1993.



**K. REGULARIDADE FISCAL:**

A COMPROVAÇÃO DA REGULARIDADE FISCAL NA CELEBRAÇÃO DO CONTRATO OU NO PAGAMENTO DE SERVIÇOS JÁ PRESTADOS, NO CASO DE EMPRESAS QUE DETENHAM O MONOPÓLIO DE SERVIÇO PÚBLICO, PODE SER DISPENSADA EM CARÁTER EXCEPCIONAL, DESDE QUE PREVIAMENTE AUTORIZADA PELA AUTORIDADE MAIOR DO ÓRGÃO CONTRATANTE E CONCOMITANTEMENTE, A SITUAÇÃO DE IRREGULARIDADE SEJA COMUNICADA AO AGENTE ARRECADADOR E À AGÊNCIA REGULADORA.

**L. PROCESSO ADMINISTRATIVO:**

OS INSTRUMENTOS DOS CONTRATOS, CONVÊNIOS E DEMAIS AJUSTES, BEM COMO OS RESPECTIVOS ADITIVOS, DEVEM INTEGRAR UM ÚNICO PROCESSO ADMINISTRATIVO, DEVIDAMENTE AUTUADO EM SEQUÊNCIA CRONOLÓGICA, NUMERADO, RUBRICADO, CONTENDO CADA VOLUME OS RESPECTIVOS TERMOS DE ABERTURA E ENCERRAMENTO.

3. CONSIDERANDO A IMPORTÂNCIA DE QUE SE REVESTE AS ORIENTAÇÕES NORMATIVAS DA AGU, ESTA SECRETARIA RECOMENDA AOS ORDENADORES DE DESPESAS (OD) A FIEL OBSERVÂNCIA DOS ASSUNTOS OBJETO DE DIFUSÃO NA PRESENTE MENSAGEM, NA CONDUÇÃO DOS PROCEDIMENTOS PARA REALIZAÇÃO DE LICITAÇÕES E CONTRATOS.

BRASÍLIA - DF, 22 DE ABRIL DE 2009.

**GEN DIV MARCIO ROSENDO DE MELO**  
SUBSECRETÁRIO DE ECONOMIA E FINANÇAS”

**ANEXO “B”****ORIENTAÇÕES/DETERMINAÇÕES DO TCU SOBRE O USO DA MODALIDADE PREGÃO**

Transcreve-se a seguir matéria constante do **BInfo 04/09, da 5ª ICFEx**, sobre o assunto em epígrafe, por ser de interesse dos Ag Adm das UG vinculadas a esta Inspeção

**1. D.O.U: 05.07.2007 - Seção: 1 Pagina(s): 111**

Ementa:

O TCU orientou no sentido de que os procedimentos licitatórios se iniciam com a abertura de processo administrativo contendo a requisição do bem, com a devida justificativa, e a aprovação por parte da autoridade competente (item 1.13, TC-013.481/2005-9, Acórdão nº 1.737/2007-TCU-2ª câmara).

**2. D.O.U: 22.08.2005 - Seção: 1 Pagina(s): 164**

Ementa:

O TCU determinou que a formalização dos procedimentos licitatórios se desse de forma a manter a seqüência cronológica dos documentos e a numeração seqüencial de todas as paginas, com a posição da rubrica, em conformidade com o disposto no art. 22, § 4º, da Lei nº 9.784/1999 (item 9.3, TC-006.858/2005-2, Acórdão nº 1.126/2005-TCU-Plenário).

**3. D.O.U: 10.08.2007 - Seção: 1 Pagina(s): 117**

Ementa:

O TCU determinou a um órgão publico que, em certames licitatórios, ao se buscar contratar empresa com boa qualificação técnica ou econômica-financeira, com o intuito de revestir-se de todas as garantias necessárias para a eficiente realização do objeto, procurasse fixar seus índices baseados nos princípios administrativos da razoabilidade e da proporcionalidade, evitando a adoção de parâmetros que atentassem contra a competitividade e a igualdade entre licitantes (item 9.3, TC- 020.229/2006-6, Acórdão nº 1.526/2007-TCUPlenário).

**4. D.O.U: 27.06.2005 - Seção: 1 Pagina(s): 141**

Ementa:

O TCU determinou a uma universidade que acolhesse as sugestões dos pareceres da Assessoria Jurídica inclusos nos processos licitatórios, ou registrasse, nos respectivos processos, os motivos do não-acolhimento desses pareceres, sob pena de contrariar o princípio da motivação dos atos administrativos (item 1.1.5, TC- 013.489/2004-9, Acórdão nº 1.162/2005- TCU-1ª Câmara).

**5. D.O.U: 16.02.2007 - Seção: 1 Pagina(s): 309**

Ementa:

O TCU determinou que fosse evitada, durante o curso de procedimento licitatório na modalidade Pregão, a realização de quaisquer tentativas de comunicação com licitante que não as estabelecidas via sistema eletrônico pela Internet, de forma a assegurar o princípio da igualdade previsto no art. 5º do Decreto Federal nº 5.450, de 31.05.2005 (TC-022.589/2006-0, Acórdão nº 200/2007-TCU-1ª Câmara).

**6. D.O.U: 05.04.2007 - Seção: 1 Pagina(s): 127**

Ementa:

O TCU determinou que não se aceitasse lance e/ou correção de valor de lance, emitido por licitante em pregão eletrônico, mediante meio de informação fora do sistema informatizado em que se estivesse operando o pregão, em atenção aos princípios constitucionais da isonomia e da publicidade, bem como ao disposto nos arts. 24, "caput", e 26, § 3º, do Decreto nº 5.450/2005 (item 9.2, TC- 028.171/2006-0, Acórdão nº 651/2007-TCU-2ª câmara).

**7. D.O.U: 27.04.2007 - Seção: 1 Pagina(s): 94**

Ementa:

O TCU recomendou que um sistema de pregão eletrônico fosse dotado de instrumentos que permitissem que toda comunicação entre o pregoeiro e os licitantes pudesse ser realizada por meio do próprio sistema eletrônico, de forma a garantir que os interessados tivessem oportunidade de ter ciência das respectivas informações, mediante consulta ao sistema (item 8.1, 003.260/2007-0, Acórdão nº 1024/2007-TCU -1ª Câmara).

**8. D.O.U: 11.12.2007 - Seção: 1 Página(s): 91**

Ementa:

O TCU determinou ao Ministério da Previdência Social que, nos futuros procedimentos licitatórios, fizesse constar, do edital de licitação, o endereço eletrônico do pregoeiro para envio de eventuais impugnações e pedidos de informações, em atendimento ao que pregam os arts. 18 e 19 do Decreto nº 5.450/2005 (item 9.3.2, TC-018.269/2007-2, Acórdão nº 2.655/2007-TCU Plenário).

**9. D.O.U: 30.05.2008 - Seção: 1 Página(s): 133**

Ementa:

O TCU determinou a uma entidade federal que orientasse os pregoeiros no sentido de que fossem especificadas, nas atas dos pregões eletrônicos, de forma clara e precisa, as motivações para as possíveis suspensões das sessões de realização de pregão, em obediência ao princípio da motivação do ato administrativo, consubstanciado no art. 93, incisos IX e X da CF/88 e no art. 50 da Lei nº 9.784/1999 (item 9.3, III, TC-031.297/2007-2, Acórdão nº 988/2008 -TCU Plenário).

**10. D.O.U: 11.10.2005 - Seção: 1 pagina(s): 92**

Ementa:

O TCU determinou que fossem registradas na ata de realização do pregão as negociações realizadas pelo pregoeiro com vistas a obtenção de melhores preços para a Administração, mesmo que não ocorresse a redução do preço inicialmente proposto (item 6.1.26, TC-011.068/2003-0, Acórdão nº 1.886/2005-TCU-2ª câmara).

**11. D.O.U: 15.03.2006 - Seção: 1 Pagina(s): 105**

Ementa:

O TCU determinou que não fosse exigida, em processos licitatórios realizados por meio de pregão, a apresentação de documentos e informações que já constassem no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores (SICAF) ou em sistemas semelhantes mantidos por Estados, Distrito Federal ou Municípios, em observância ao art. 4º, inc. XIV, da Lei nº 10.520/2002 e ao art. 14, parágrafo único, do Decreto nº 5.450/2005 (item 9.5.2, TC-020.747/2005-3, Acórdão nº 267/2006-TCU-Plenário).

**12. D.O.U: 15.02.2007 - Seção: 1 Pagina(s): 156**

Ementa:

O TCU determinou a uma entidade que, quando realizasse licitação na modalidade pregão, apensasse ao respectivo processo os comprovantes de verificação da regularidade fiscal da firma vencedora no ato de assinatura do contrato, bem como da publicação do extrato do contrato firmado (item 1.1, TC-010.339/2004-8, Acórdão nº 78/2007-TCU-2ª Câmara).

**13. D.O.U: 19.07.2007 - Seção: 1 Pagina(s): 67**

Ementa:

O TCU determinou a uma entidade federal que, em licitação realizada na modalidade "pregão", se abstivesse de exigir dos licitantes certificados da série ISO, em observância ao disposto no art. 3º, § 1º, inc. I, da Lei nº 8.666/1993, art. 3ª, inc. II, da Lei nº 10.520/2002, e entendimento firmado por aquela Corte de Contas (Acórdão nº 1.292/2003-TCU-Plenário, Decisões Plenárias nº 152/2000 e 020/1998) (item 7.1, TC-005.105/2007-2, Acórdão nº 1.893/2007-TCU-2ª Câmara).

**14. D.O.U: 20.06.2008 - Seção: 1 Página(s): 132**

Ementa:

O TCU determinou a uma entidade federal que, não obstante a Corte de Contas venha incentivando o incremento do uso da modalidade licitatória pregão em razão dos evidentes benefícios que ela tem trazido à Administração Pública se abstivesse, em futuros certames, de utilizar tal modalidade para a contratação de bens ou serviços, quando estes se mostrassem ser, indubitavelmente, de natureza incomum, em razão do comando insculpido no art. 1º da Lei nº 10.520/2002 (item 9.2.2, TC-028.745/2006-3, Acórdão nº 1.994/2008-TCU-1ª Câmara).

**15. D.O.U: 22.08.2005 - Seção: 1 Pagina(s): 163**

Ementa:

O TCU manifestou-se no sentido de que, nos casos em que as propostas se situarem acima do pregão estimado, de acordo com o critério estabelecido no instrumento convocatório, fosse oferecido prazo para que as empresas licitantes apresentassem novas propostas, bem como lhes fossem informados os itens em que o pregão encontrar-se-ia excessivo, possibilitando a efetiva revisão da proposta (item 9.9.3.3, TC-005.609/2005-2, Acórdão nº 1.125/2005-TCU-Plenário).

**16. D.O.U: 11.06.2007 - Seção: 1 Pagina(s): 81**

Ementa:

O TCU determinou a uma entidade federal que utilizasse, nas licitações para obras e serviços de engenharia, os sistemas oficiais de referência de pregão, a exemplo do SINAPI (CEF), de forma a se evitar consultas prévias de pregão de mercado junto a empresas que poderão participar do certame, com prejuízos ao princípio constitucional da isonomia, citado no art. 3º da Lei nº 8.666/1993, assegurando-se a igualdade de condições a todos os concorrentes, prevista no inc. XXI, art. 37 da CF/88 (item 9.1.2, TC-007.525/2007-6, Acórdão nº 1.087/2007-TCU-Plenário).

**17. D.O.U: 09.11.2007 - Seção: 1 Página(s): 69**

O TCU determinou a uma empresa pública que observasse a necessidade de fazer constar, dos autos dos processos licitatórios relativos a licitações na modalidade pregão, o orçamento estimado, exigido no art. 3º, inc. III, da Lei nº 10.520/2002, bem como a pesquisa de mercado em que deverá assentar-se, consoante o disposto no art. 40, § 2º, inc. II, c/c art. 43, inc. IV, da Lei nº 8.666/1993 (item 9.4, TC-001.509/2006-7, Acórdão nº 2.349/2007-TCU-Plenário).

**18. D.O.U: 14.09.2005 - Seção: 1 Pagina(s): 85**

Ementa:

O TCU determinou a um Ministério que observasse o art. 15, § 7º, inc. I da Lei nº 8.666/93, no sentido de vedar a preferência de marca, a menos que o fizesse com fundamento em parecer técnico incluso no ato conservatório do processo seletivo, consoante art. 7º, § 5º, do mesmo diploma legal e Decisões/TCU nºs 664/2001, 130/2002 e 1.476/2002, todas do Plenário (item 1.1.2, TC-012.721/2003-6, Acórdão nº 2.028/2005-TCU-1ª Câmara).

**19. D.O.U: 04.08.2006 - Seção: 1 Pagina(s): 99**

Ementa:

O TCU determinou a uma entidade federal que, ante a necessidade de indicações de marca nas especificações de objeto a ser licitado, motivada pelo princípio da padronização previsto no art. 15, inc. I, da Lei nº 8.666/1993, apenas o fizesse mediante decisão administrativa prévias, circunstanciadamente motivada e que demonstrasse ser essa a opção, em termos técnicos e econômicos, mais vantajosa para a Administração (item 1, TC-014.109/2006-2, Acórdão nº 2.065/2006-TCU-1ª Câmara ).

<b>7ª ICFEx</b>	<b>Continuação do B Info Nº 05, de 29 de maio de 2009</b>	<b>Pág 28</b>	
-----------------	---	---------------	--

**20. D.O.U: 31.05.2007 - Seção: 1 Pagina(s): 115**

Ementa:

O TCU determinou a uma entidade que se abstinhasse de estabelecer restrições que, implicitamente, correspondessem fixação de marca exclusiva em pregão eletrônico, com a não aceitação de cartuchos compatíveis, similares aos originais dos equipamentos, não obstante atenderem as mesmas especificações técnicas do produto original da marca (item 9.2.1, TC-006.065/2007-0, Acórdão nº 1.354/2007-TCU-2ª Câmara).

**21. D.O.U: 11.07.2008 - Seção: 1 Página(s): 93**

Ementa:

O TCU determinou a uma entidade pública que, nos próximos certames licitatórios que viesse a realizar para aquisição de cartuchos de tinta e toner, em obediência ao disposto no art. 15, § 7º, inc. I, da Lei nº 8.666/1993, incluísse, no instrumento convocatório, no que se refere à do produto, a expressão "da mesma marca do fabricante da impressora, similares, equivalentes ou de melhor qualidade, não se admitindo produtos recuperados ou manufaturados" (item 1, TC-015.420/2006-0, Acórdão nº 2.154/2008-TCU-1ª Câmara).

**22. D.O.U: 25.05.2007 - Seção: 1 Pagina(s): 94**

Ementa:

O TCU posicionou-se favoravelmente ao estabelecimento, nos instrumentos conservatórios de licitações, de critérios objetivos para a desclassificação de licitantes em razão de preços excessivos ou manifestamente inexequíveis, atendendo ao princípio do julgamento objetivo, nos termos do art. 3º da Lei nº 8.666/93, sem prejuízo de que, antes de qualquer providência para desclassificação por inexigibilidade, fosse esclarecido junto ao licitante acerca de sua capacidade de cumprimento do objeto no pregão ofertado (item 9.3.3, TC- 017.597/2006-0, Acórdão nº 1.159/2007-TCU-2ª Câmara).

**23. D.O.U: 02.10.2008 - Seção: 1 Página(s): 133**

Ementa:

Determinação a uma entidade pública para que evite qualquer envolvimento, ainda que de forma indireta, com empresas de pessoas ligadas por algum grau de parentesco com servidores ou dirigentes da unidade com poder de decisão para escolha, indicação ou contratação, em situações semelhantes à indicada nestes autos, sob pena de violação aos princípios estatuidos no art. 37, "caput", da Constituição Federal (item 9.2.4, TC-016.162/2005-0, Acórdão nº 3.909/2008-2ª Câmara).